

A Seta e o Alvo: Negros, Racismo e Aids no Brasil¹

Ana Cláudia Condeixa de ARAUJO²
Unigranrio, Duque de Caxias, RJ
Ana Paula Procópio da SILVA³
UERJ, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Neste artigo aborda-se a relação entre racismo, discurso jornalístico e a campanha contra Aids no Brasil divulgada anualmente no Dia Mundial da Luta Contra Aids – 01 de dezembro, marcando o lançamento do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde. Como pressuposto teórico, entende-se o racismo como elemento estrutural na sociedade brasileira. Os motes empíricos são a matéria *Aids cresce entre negros e pardos mais pobres*, a chamada de capa *Negros serão alvo de campanha* e a matéria *Incidência de Aids cresce entre negros e pardos*, publicadas no Jornal O Globo, respectivamente no dia 01 de dezembro dos anos 2004 e 2005, os dados desagregados por raça/cor nos Boletins Epidemiológicos HIV/AIDS a partir de 2004 e as campanhas com recorte racial lançadas pelo Ministério da Saúde, a partir da 2005.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; discurso jornalístico; AIDS

INTRODUÇÃO

Este artigo deriva de reflexões anteriores feitas na tese *A Aids e a Imprensa: as vozes e os silêncios nas reportagens do Dia Mundial da Luta Contra Aids de 1988 a 2013*, em setembro de 2016. Em releitura percebe-se que alguns pontos se mais

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde do ICICT/Fiocruz, coordenadora dos cursos de Jornalismo e de Comunicação Social-Publicidade e Propaganda da Universidade do Grande Rio José de Souza Herdy-Unigranrio – e-mail: ana.araujo@unigranrio.edu.br

³ Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social -PPGSS da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenadora do Curso de graduação de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – e-mail: anapaulaprocopio@yahoo.com.br

trabalhados, trazem um olhar que acrescenta discussões naquele momento não percebidas.

Para problematizar o racismo e a Aids na imprensa, uma jornalista e uma psicóloga e assistente social, dialogam neste artigo. O que motivou o nosso encontro e o objeto de nossa análise foi uma chamada de capa e duas matérias, publicadas em O Globo, em 1 de dezembro, Dia Mundial da Luta Contra Aids, dos anos de 2004 e 2005.

Racismo e o percurso político para o seu reconhecimento como determinante social na Campanha contra Aids no Brasil

Nossas considerações tomam o racismo como elemento estrutural das relações sociais contemporâneas, pois está relacionado aos fundamentos econômicos, políticos e culturais das sociedades ocidentais. De outra parte, também é um estruturante, pois funciona como elemento dinâmico que favorece, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade baseada na exploração e na opressão como componentes expressivos das desigualdade presentes em todas as dimensões da vida social. Nas Américas a racionalidade referida tem como determinantes os processos de colonização, o modo de produção escravista e os abolicionismos com parcos direitos, ocorridos entre os séculos XVI e XVIII.

Quijano (2005) considera como um dos eixos fundamentais das sociedades americanas a codificação hierárquica das diferenças entre conquistadores e conquistados sintetizada na ideia de raça. A hierarquização racial/racismo situava uns em condição natural de inferioridade em relação a outros, como uma ideia constitutiva e fundacional das relações de dominação exigidas pela colonização.

Assim, as relações sociais racializadas produziram nas Américas identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniram outras, pois termos como espanhol, português e europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que a sociabilidade que se estava configurando foi consolidada tendo como base relações desiguais de poder, as identidades raciais foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, reflexas do padrão de dominação.

Raça, cor da pele e identidade racial se estabeleceram como instrumentos de classificação e estratificação da população. Daí a pertinência, na atualidade, da problematização do significado político do racismo e de sua incorporação como determinante social no campo das políticas públicas.

A cor da pele, no século XVIII foi considerada como um critério fundamental na divisão entre raças. A humanidade foi dividida em branca, negra e amarela. São divisões estanques, que de forma alguma contemplam a diversidade humana. E nem mesmo estão corretas, do ponto de vista biológico, pois a cor da pele é definida pelos graus de concentração de melanina nos indivíduos.

É importante que fique bastante compreendido que o termo raça, nada tem de biológico. Ao contrário, está no campo das categorias sociais, pois seu sentido além de determinado por processos estruturais globais e condicionado por formações históricas particulares, também se configura como ideológico e relacional, ao mesmo tempo, pois esconde, por meio de mecanismos sutis ou não, as relações de poder e de dominação que a engendram. Assim, mesmo que racionalmente muitos de nós reconheçamos que raça não existe biologicamente, isto não faz desaparecer as categorias mentais que a sustentam, pois o difícil “é aniquilar as raças fictícias que rondam em nossas representações e imaginários coletivos”. (Munanga, 2003, p. 10)

Para as reflexões pretendidas acerca da racialização da Aids e seu enfrentamento pela saúde pública brasileira consideramos que o racismo entendido como uma forma de naturalização da vida social requer a sua contextualização histórica como uma questão da sociedade brasileira legítima de ser incorporada na agenda das políticas públicas. Isso significa: 1) compreender o lugar do racismo na formação social brasileira; 2) identificar o panorama conjuntural que circundou a institucionalização da racialização do combate à epidemia de Aids no país; 3) conhecer os dados produzidos a partir da realidade que corporificam as desigualdades sociais como iniquidades raciais, particularmente no campo da saúde.

No Brasil, a diáspora negra está estimada em 4 a 6 milhões de africanos trazidos para o trabalho. O período escravista vigorou durante o regime colonial (1500-1822) e no Império (1822-1889), pois mesmo com a Independência em 1824, manteve-se como o modo de produção dominante.

Após o 13 de maio de 1888, a inclusão dos ex-escravizados no princípio de que “todos são iguais perante a Lei” criou a impressão de que as desigualdades sociais,

econômicas e políticas que atingem as populações negras seriam decorrentes de insuficiências individuais ou grupais.

A República no Brasil caracteriza-se pela construção de uma identidade nacional fundada na resolução do “problema negro”, pelo branqueamento através da miscigenação com o branco, pela destruição direta ou pela sistemática omissão do Estado na garantia das condições de reprodução destes grupos. Considerando que “a questão racial é essencialmente política” (Moura, 1994) é pertinente identificarmos o período e as condições em que a pauta governamental sobre essa questão sofre transformações significativas no Brasil.

Uma demarcação inicial está situada nos anos finais da década de 1970, quando no bojo das reivindicações pela redemocratização as pautas antirracistas ganham uma nova inflexão com a criação do Movimento Negro Unificado - MNU em 1978 como ato coletivo em reação ao acirramento do racismo e a opressão violenta às classes trabalhadoras, expressões reflexas da agudização da crise econômica. No período, integrantes de diversas organizações antirracistas, pelas condições impostas pela autocracia burguesa vivenciaram “[...] um processo de conscientização em relação à sua própria negritude e em relação à existência do racismo” (Pereira, 2013, p. 244). É ilustrativo dessa conjuntura o Decreto-lei nº 510, de 20 de março de 1969, onde para a preservação da segurança nacional estavam considerados ilegais eventos e publicações com conteúdos raciais por “incitar ao ódio ou à discriminação racial”.

Em 1985, a transição para o governo civil, apesar de ocorrer indiretamente foi impulsionadora para a organização dos movimentos sociais em prol de participação na Constituinte. Nessa direção, a Constituição de 1988 não prevê somente punição à discriminação racial, mas estabelece medidas públicas de proteção aos segmentos discriminados e suas culturas.

Na década de 1990 a pauta governamental sobre a questão racial no Brasil sofreu transformações a partir das demandas dos movimentos sociais negros e das dinâmicas internacionais na área dos direitos humanos. No governo de Fernando Henrique Cardoso, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida em 20 de novembro realizada pelos movimentos negros no 20 de novembro de 1995 em Brasília pressionou para o reconhecimento oficial da existência do racismo no Brasil e para a institucionalização do combate ao racismo no interior das políticas públicas.

Desde 2000 as categorias oficiais de identificação raça/cor no país utilizadas nas pesquisas, pela ordem em que figuram no questionário são branca, preta, amarela, parda e indígena. Ressalvando que as categorias preta e parda configuram o segmento negro no Brasil, pois os dados de acesso a políticas públicas colocam pretos e pardos nas mesmas condições de extrema desigualdade em relação aos brancos. Mesmo concordando que toda classificação é sempre uma simplificação da realidade, é deste modo que as pesquisas têm evidenciado a realidade de desigualdade racial nos indicadores sociais configurando a base de sustentação para o planejamento, implantação e avaliação de políticas públicas.

Destaca-se ainda a adesão do Brasil aos protocolos instituídos na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas em Durban, no ano de 2001.

A partir de 2003 com a eleição de Luís Inácio “Lula” da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores as questões relativas à igualdade racial ocuparam algum espaço na agenda pública nacional, o que possibilitou no campo da saúde a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009).

Em 2005 a Campanha do Dia Mundial de Luta contra a Aids no Brasil teve como tema Aids e racismo. Segundo o Ministério da Saúde a razão foi a população negra (pretos e pardos) nunca ter sido alvo de campanhas de prevenção, apesar de à época representar 47,3% da população brasileira e englobar, aproximadamente 65% da população de baixa renda segundo o IBGE.

No Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os negros (somatório de pretos e pardos) no Brasil corresponderam a 96,7 milhões de indivíduos – 50,7% dos residentes. Com uma população estimada em 204,9 milhões de pessoas, de acordo com dados da PNAD 2015 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), 45,22% dos brasileiros se declararam como brancos, 45,06% como pardos, 8,86% como pretos, 0,47% como amarelos e 0,38% como indígenas. Este aumento progressivo verificado desde a primeira metade do século XX e intensificado no período de 2003- 2014 se deve, sobretudo à ampliação do número de indivíduos que se reconhecem como pretos ou pardos e às lutas pela sua incorporação como cidadãos de direitos.

A Aids nas páginas de O Globo

Durante os 25 anos que compreenderam a pesquisa da tese aludida na introdução, O Globo publicou no dia primeiro de dezembro, 89 matérias. De alguma forma, editoriais, matérias, artigos, reportagens e entrevistas todas faziam referência ao HIV/AIDS, ao Dia Mundial da Luta Contra a AIDS ou não, mas, que tinham alguma relação à síndrome. Em relação à localização dentro do periódico, foram publicadas nas seguintes editoriais: Grande Rio (12 matérias); Ciência e Vida (33 matérias); O País (9 matérias); Jornal da Família (4 matérias); Segundo Caderno (5 matérias); Rio (8 matérias); O Mundo (1); Digital e Mídia (1); Segunda Página (2 matérias) e um Especial África com oito páginas, em 2004. Os anos 1992, 1996, 2001, 2004, 2005 e 2006, tiveram a Aids na capa. Num período tão extenso, quase três décadas, e dada a extensão e mortalidade provocado pelo vírus HIV/AIDS, O Globo deu pouca ou quase nenhum destaque em sua principal vitrine: a capa.

Os grandes períodos de ausência da Aids nas páginas do jornal, nos indicam a necessidade de compreender o silêncio como conceito e para isso, alçamos o trabalho desenvolvido por Eni Orlandi (1995). Há três formas de silêncio definidas por Orlandi: o *silêncio fundador*, ou fundante, tido como o princípio de toda significação; o *silêncio constitutivo*, que diz respeito à ordem da produção de sentido e da linguagem, e o *silêncio local*, referindo-se à interdição do dizer, por exemplo, a censura e a repressão.

Igualmente como na tese, neste artigo tratamos o silenciamento como uma política de sentido, que produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, a partir da concepção de silêncio local. Orlandi aposta no silêncio como grande parceiro para compreendermos, que a ausência também tem e faz sentido:

Tudo é definido pelo verbal, e o silêncio seria apenas o oposto da linguagem. O silêncio não é visível; por isso, uma teoria empírica do silêncio o reduz à falta de palavra. Para compreendê-lo, é preciso considerar os processos de construção dos sentidos e a historicidade. Além disso, para Orlandi, a materialidade do silêncio é diferente, ou seja, ele significa de outra maneira. A autora mostra como até em conceitos gramaticais existe a questão do silêncio (e sua domesticação), e aponta o fato de que a incisa é tida como um “acréscimo contingente” e a elipse como “falta necessária”. (ARAUJO, 2016)⁴

⁴ A Aids e a Imprensa: as vozes e os silêncios nas reportagens do Dia Mundial da Luta Contra Aids de 1988 a 2013, defendida em setembro de 2016. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/25378/2/ana_araujo_icict_dout_2016.pdf, acesso em 15/06/2019

O Globo iniciou os anos que compreenderam a pesquisa para a tese, com um grande silêncio, de 1988 a 1991. Durante quatro anos seguidos, O Globo não faz qualquer menção a Aids no dia 1 de dezembro em sua Primeira página, na grande vitrine do jornal, local onde o leitor busca saber das notícias mais pulsantes. Em relação aos dados epidemiológicos, esses vão sofrer um aumento bastante significativo durante o período de silêncio, em 1988, 4.324 casos são notificados e, em 1991, os números de casos atingem 11.464 pessoas, ou seja, um aumento de 37%. No tocante às mortes por AIDS, em 1988 foram 2.056 óbitos e, em 1991, 7.367. Quanto aos falecimentos por gênero observa-se que, em 1988, morreram 1.800 homens e 256 mulheres e, em 1991, 6.135 e 1.229 respectivamente. O que representa um aumento de 29% nos homens e um pouco mais de 20% nas mulheres.

O Globo não manteve como assunto frequente em suas capas, notícias acerca da AIDS no dia 1 de dezembro. Após o silêncio que compreende o período inicial, o jornal publicou em 1992, mas, em 1993, iniciou mais três anos de silêncio. Enquanto, isso, os dados cresciam ano a ano. Se em 1991, eram 7.367 casos notificados, em 1993 chegaram a 16.392. Se em 1991 morreram 6.135 homens e 1.229 mulheres, em 1993, as mortes chegaram a 9.239 e 2.220, respectivamente. Um crescimento em torno de 66% para os homens e 55% para as mulheres. Nos anos seguintes há um crescimento nos casos notificados, 18.009(1994) e 20.754(1995), uma diferença de 4.362 casos do início do silêncio até o fim deste período. Quanto às mortes o ano de 1993 matou 11.459 pessoas e em 1995, 20.754 pessoas, entre homens e mulheres vieram a óbito em decorrência da aids. Aliás, este foi o ano em que mais pessoas morreram. É coerente que se relacione o silêncio, a não presença constante do assunto nos grandes meios de comunicação de massa, como corresponsável pelo crescimento de casos e de mortes.

O jornal O Globo novamente inicia um período de silêncio, dessa vez não quatro anos e sim, cinco, de 1993 a 1995. Vale ressaltar que, na tese, estávamos apenas analisando as capas por considerarmos que a Primeira Página é composta de chamadas, títulos, leads de assuntos que os veículos e seus profissionais acham relevantes. Não analisamos as matérias que, porventura, tenham sido publicadas no interior do jornal. Já neste artigo, estamos trabalhando com duas matérias e uma chamada de capa.

O ano de 1997 teve 25.941 casos notificados, 8% casos a mais do que o ano que fecha o último período de silêncio, 1995. Em 1998, há um crescimento de também 8% em relação ao ano anterior, porém, em 1999, há uma queda nas notificações de cerca de

9%. Infelizmente, em 2000, em relação a 1997 há um crescimento de 5.413, mais de 20% casos a mais. Em relação aos óbitos, as notícias são melhores, pois, há uma queda que se inicia logo após 1995, ano que mais morreram pessoas em decorrência das aids. Os anos de 1997, 1998 e 1999 têm respectivamente, 12.078; 10.770 e 10.551 vítimas fatais, sendo que os números caem para os homens e as mulheres. Entretanto, curiosamente, o ano de 2000 apresenta crescimento em números de casos e de óbitos. Neste ano, o Ministério da Saúde indicou que há uma incidência entre as mulheres e uma proporção de uma mulher para cada dois homens no caso das notificações.

Mantendo uma tendência, o Globo não publicou nada nos anos de 2002 e 2003, pelo menos não em sua Primeira Página. Dados do Ministério da Saúde registram que de 1980 a 2002, foram notificados 258.000 casos no país. E em 2003, o mesmo índice é atualizado para 310.310. Em relação aos casos notificados, o Brasil teve 39.689 e 38.268, em 2002 e 2003, respectivamente. Quanto aos óbitos foram 11.055, em 2002, e 11.283, em 2003. Quanto às mortes de homens, tanto em 2002 como 2003, foram cerca de 7.600 e quanto às mulheres, de um ano para o outro, há um crescimento de 9% saindo de 3.473 e chegando a 3.610.

O ano de 2004, contou com uma grande exposição do tema em sua edição de 1 de dezembro, mas, a manchete chamava atenção para a realidade no continente africano e um especial África com oito páginas foi publicado com o título de abertura “A África agoniza”. Os assuntos explorados no interior da edição falavam de dor, abandono, estupro, pobreza em títulos tais como: “População faminta é mais vulnerável ao HIV e ONU teme tragédia humanitária em vários países”; A perda do saber. Até 2015, doença terá matado milhões de profissionais, a maioria na África”; “Alta contaminação de soldados e estupros espalham vírus e geram instabilidade” e “O vírus HIV se tornou arma de guerra e instrumento de exclusão ao matar milhares de mães.” Na Ciência e Vida, duas notícias ganharam destaque: a fala do Vaticano atribuiu a disseminação da Aids a uma “imunodeficiência dos valores morais” e a denúncia de que “Órfãos são cobaias em teste anti-HIV”. A denúncia foi feita a rede de TV britânica BBC, e dizia que o laboratório Glaxo Smith Kline estaria testando drogas experimentais em crianças soropositivas de um abrigo de órfãos e menores carentes de Nova York. De notícias nacionais, a camisinha, além de ser distribuída nos Postos de Saúde, agora podia ser encontrada por 0,30 centavos na Rede de Farmácias Popular. Curiosamente, a

chamada da editoria O País anunciava “AIDS cresce entre negros e pardos mais pobres”, um ano depois esta notícia seria a grande chamada.

Nas editorias O País e Ciência e Vida, mais quatro matérias davam enfoque ao momento brasileiro, entre elas, a matéria **Aids cresce entre negros e pardos mais pobres**, apresentava os dados do Boletim Epidemiológico. Os dados epidemiológicos apontavam para um total de 37.682 casos notificados naquele ano, curiosamente, em 2004, houve uma queda de 576 notificações, em relação ao ano anterior. O mesmo aconteceu em relação aos óbitos, 11.283, em 2003, para 11.020, em 2004.

Dos quase 38 mil casos de Aids daquele ano, 7.203 pessoas eram negras, ou seja, dos casos notificados, 1.228 casos de homens que se autodeclaravam pretos e 3.125, pardos. Em relação às mulheres, 887 eram pretas e 1.963, pardas. Enquanto, o número de pessoas brancas estava em queda, 19% de casos de HIV\Aids era composto por homens e mulheres pretos e pardos, mas, ainda assim, a matéria dedicou, naquele ano, apenas o título, o subtítulo e o lead a importante informação.

Em 2005, 37.645 casos de AIDS foram notificados, durante a pesquisa para a tese não foi observado se havia algum indicativo de raça/cor, sendo contabilizado apenas o sexo (biológico). Neste ano, O Globo revela dados divulgados no Boletim Epidemiológico afirmando que a AIDS está diminuindo entre os brancos e aumentando entre os negros: “Em 2005, com os dados contabilizados até junho, a incidência da AIDS entre homens pretos e pardos subiu para 43,3% e entre mulheres para 45,2%.”, diz a reportagem.

As transformações da epidemia anteriormente observadas só foram possíveis no que diz respeito a gênero e orientação sexual, incluindo-se neste grupo, também, os hemofílicos, os usuários de drogas e as/os profissionais do sex, sem inferência mais profunda acerca do dado raça/cor e do racismo como determinante social em saúde. Cabe nesse sentido, a percepção do quanto o *lugar de fala*⁵ pode trair a/o pesquisador/a e empobrecer a pesquisa.

A revisita como possibilidade de ver o que não foi possível

⁵ O conceito de *lugar de fala* utilizado por ativistas de movimentos feministas, negros e/ou LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros e Homens Trans) confronta o conhecimento produzido pela epistemologia hegemônica. Esse confronto aparece em inúmeros debates no âmbito acadêmico e na sociedade, e com frequência está presente nas discussões em redes sociais onde os discursos são pautados e travados. No entanto, não há uma epistemologia determinada sobre o conceito, como aponta Ribeiro. A hipótese mais provável é que este tenha surgido a partir da tradição da discussão sobre *feminist standpoint*⁴, diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial.

A perspectiva teórica para analisar os textos que propomos aqui, também será a Análise do Discurso francesa. Uma vez que ela procura compreender a relação do sujeito com a história e com a língua, e define discurso como resultado de um processo de construção simbólica, em que os sentidos emergem, são construídos e inscrevem-se a partir da relação que é estabelecida com os sentidos já em funcionamento e sempre retomados por sujeitos, em um constante movimento em (dis)curso, a cada situação de enunciação.

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÉCHEUX, 1990, p. 96)

A Análise de Discurso tem como primeiro passo, o enfoque da discursividade, marcando aí as sequências discursivas de referência (SDs) e os operadores discursivos (marcas no domínio linguístico), elementos-chave para o desenvolvimento da análise. Com relação à noção de Sequência Discursiva (SD), esta pode ser sequências oral ou escrita de dimensão superior à frase. É preciso aqui indicar que a própria natureza e a forma dos materiais recolhidos são eminentemente variáveis e que a noção de SD é uma noção vaga. Depende, na verdade, dos objetivos conferidos a um tratamento particular [...]; os procedimentos de segmentação, que acabam por atribuir uma forma determinada a uma sequência. (COURTINE, 2016). O que usaremos para analisar o discurso do O Globo e do jornalista, autor dos textos em questão.

2004: “Aids cresce entre negros e pardos mais pobres”

Sob o título “Aids cresce entre negros e pardos mais pobres” e com o subtítulo: Dados são do Boletim Epidemiológico 2004. Segundo o Ministério da Saúde, baixa escolaridade facilita o contágio, O Globo que, em 2004, dedica um caderno especial a África e as consequências pelo grande índice de doentes de AIDS que vivem no continente, publica, na editoria O País, matéria de meia página, com infográfico.

SD1

“Aids cresce entre negros e pardos mais pobres”

O repórter ao “desconhecer” ou não reconhecer que os negros, dada a estratificação da sociedade brasileira, correspondem a pretos e pardos, revela o racismo, incrustrado no seu olhar, lugar de onde vê o mundo, seja por não dar o devido tratamento e ignorar a necessidade de pesquisa quando não se sabe ao certo ou se tem pouca intimidade com o tema. Apesar dos dados do Boletim Epidemiológico apontarem para o aumento da incidência de casos de HIV/AIDS em pretos e pardos, o autor da reportagem opta, talvez num movimento de não ser apontado como racista ao chamar a população de preta, cai na armadilha e expõe o racismo, como um espelho que reflete a sociedade.

SD2

Lead: O Boletim Epidemiológico da Aids 2004, divulgado ontem pelo Ministério da Saúde, revela que a epidemia está crescendo entre a população **negra e parda, de baixa escolaridade e renda baixa**. O Boletim mostra que, em 2000, quando foram coletados dados por raça pela primeira vez, 13,2% das mulheres e 11,2% dos homens infectados naquele ano eram negros. No primeiro semestre de 2004, essa proporção subiu para 14,3% e 11,8%, respectivamente.

O lead da matéria não se mostra diferente do que está impresso no título. O que revela o racismo no discurso do autor é a forma como lê os dados. De fato, o Boletim aponta para uma mudança de perfil da população acometida pela HIV/AIDS, mas como o texto é tecido unindo numa mesma frase “negra e parda, de baixa escolaridade e renda baixa”, torna-se visível que o repórter não problematiza, continua chamando de negra, e desta vez, também aponta para a pobreza como responsável. Resumindo, para o autor da matéria, ser preto ou pardo e pobre é o que faz o sujeito estar mais vulnerável. Não porque há menos condições para esta parcela da população, de fato, mais empobrecida, mas por sua identidade racial. O preconceito racial também vai ser revelado pelo fato de que a matéria, apesar do título, dedica apenas o lead para falar sobre o assunto. O restante, vai se desenrolar sobre demais pontos acerca da epidemia.

2005: Aids: Negros serão alvo de campanha

A manchete de O Globo de 2005 foi “Aids: Negros serão alvo de campanha”. Numa chamada que ocupou 3,5 X 6,5 cm, um módulo, no meio da página, à esquerda, sem foto. A manchete, **Aids: Negros serão alvo da campanha**, estampa a capa, numa coluna, num módulo de 3,5X6,5 cm, no meio da página, à esquerda. No interior do

jornal, a matéria **Incidência de Aids cresce entre negros e pardos**, de autoria de Evandro Éboli e Demétrio Weber, além dos dados epidemiológicos, estampava a foto do ministro da Saúde, Saraiva Felipe, ao lado Diretor do Programa Nacional de DST e Aids, Pedro Chequer, apresentando a campanha contra Aids voltada ao público negro. Os dados epidemiológicos de 2005 apontavam para um total de 37.745 casos notificados naquele ano, menos 47 casos que o ano anterior. Embora pareça estar diminuindo, nos aponta que, além de se viver mais com HIV\Aids, também, a epidemia mudava de perfil. No que diz respeito aos óbitos, em 2005, morreram 11.100 pessoas, 80 a mais do que em 2004. Em relação a raça\cor, os homens 276 casos notificados foram de homens pretos e 821 pardos. Em relação às mulheres, as pretas foram 204 e as pardas, 507.

Em 2005, além da matéria de capa, dados divulgados no Boletim Epidemiológico afirmavam a diminuição da AIDS entre os brancos e seu aumento entre os negros: “Em 2005, com os dados contabilizados até junho, a incidência da Aids entre homens pretos e pardos subiu para 43,3% e entre mulheres para 45,2%.”, diz a reportagem.

SD 3

“Aids: Negros serão alvo de campanha”

A chamada faz referência à campanha publicitária, mas, ao analisarmos a Sequência Discursiva argumentativa, observamos que ela trata os negros como alvo, algo que precisa ser atingido. Além do *target*, ou seja, o público-alvo a ser atingido pela campanha do Ministério da Saúde, o negro como alvo faz muito mais referência ao extermínio da população, que morre à mingua, sem saúde, nas periferias e favelas. Ainda que o leitor tenha consciência de que alvo é público a ser atingido por esta ou aquela informação, relacionada a uma “doença” que mata, remete ao extermínio do povo negro como parte da administração da doença.

SD 4

Lead: O Ministério da Saúde anunciou que vai iniciar uma campanha de combate à Aids voltada a população negra. De acordo com o boletim epidemiológico divulgado ontem, os homens pretos e pardos respondiam em 2003 por 38,5% dos casos da doença e agora já são 43,3% dos contaminados com o vírus do HIV.

No lead, novamente, o repórter aponta a mudança dos dados epidemiológicos. Contudo, o fato de não problematizar o porquê de homens e mulheres negras e pardas aparecerem neste momento em maior número entre os doentes da Aids, reforça a ideia e a mensagem de que, mesmo com tanta informação e após tantos anos, os brancos aprenderam a se cuidar e os negros, não foram capazes de fazer o mesmo. Essa mensagem subliminar está presente e reforça o preconceito contra as populações negras. O repórter não é capaz de se perguntar: o porquê da mudança? O que aconteceu e acontece para que o cenário tenha mudado? Acatando, de pronto, o que ele mesmo traz em si e, assim, reforçando institucionalmente, através do jornalismo, junto ao seu leitor, o racismo estrutural da sociedade, fundamento da desigualdade e da violência contra o segmento que representa mais da metade da população brasileira.

Conclusão

No início da epidemia de Aids, no Brasil e no mundo, o conceito de “grupo de risco” foi cunhado para apontar determinadas categorias e grupos sociais. Era possível perceber no discurso, tanto médico, quanto da imprensa, de certa forma, a divisão entre os algozes (homens gays, drogados e prostituídos) e as vítimas (crianças, mulheres e hemofílicos, além dos que recebiam transfusão de sangue contaminado). É importante também ressaltar, toda a polêmica da história de que a Aids teria sido transmitida ao homem pelo macaco, na África, por via sexual. Em seguida, houve um enorme esforço, de origem intelectual e política, para dissociar a nascente epidemia de identidades sociais/raciais/sexuais específicas. Esse esforço se justificava por duas razões, de ordem prática e moral. Na prática, a disseminação do HIV era feita através do contato com o sangue, sêmen e secreção vaginal contaminados, independentemente do status dos indivíduos. A segunda razão, de ordem moral, era evitar a estigmatização de determinadas categorias, associando-as à epidemia e ao “grupo de risco”.

Ao enfatizar a maior vulnerabilidade dos negros ao HIV/AIDS, parece recuar no tempo, na medida em que vincula identidades raciais ao maior risco de exposição e contágio. Contudo, o que os dados demonstram é que desde os anos das reportagens analisadas no texto a incidência da Aids tem aumentado entre os negros e diminuído entre os brancos. Os dados coletados a partir do quesito raça/cor e divulgados no

Boletim Epidemiológico HIV/AIDS de 2018 permitem uma análise racializada dos casos de Aids no período 2007-2017, que demonstram queda de 20,9% na proporção de casos entre pessoas brancas. No conjunto da população negra a proporção de casos aumentou em 23,5% (pretos - e pardos – 33,5). A observação interseccional entre os dados raça e gênero aponta que desde 2009 os casos de Aids são mais prevalentes em mulheres negras. Entre gestantes, em 2017 as mulheres negras representaram 62,5% (pretas – 14% e pardas – 48,5%) e as brancas 36,3% dos casos.

Os números atuais nos impelem a pensar sobre o quanto o silenciamento da relação entre racismo e Aids possivelmente contribuiu para que os dados de 2004 e 2005, que apontavam o progressivo aumento da doença entre negros, tenham antecipado uma realidade. Em relação à raça/cor autodeclarada, os casos registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan, no período de 2007 a junho de 2018, indicam que 46,1% ocorreram entre brancos e 52,9% entre negros (pretos – 11,4% e pardos – 41,5%). No sexo masculino, 48,0% dos casos ocorreram entre brancos e 50,9% entre negros (pretos -10,3% e pardos - 40,7%); entre as mulheres, 41,9% dos casos se deram entre brancas e 57,1% entre negras (pretas -13,9% e pardas - 43,2%). E o Boletim ressalta o alto percentual de 8,5% de informação sobre raça/cor ignorada. Nos óbitos notificados no ano de 2017 por raça/cor, 60,3% entre negros (46,6% pardos e 14,1% pretos), 39,2% entre brancos. A morte por Aids entre mulheres negras foi superior à observada em homens negros: 63,3% e 58,8%, respectivamente. E, mais uma vez, na comparação entre os anos de 2007 e 2017 foi verificada queda de 23,8% na proporção de óbitos de pessoas brancas e crescimento de 25,3% na proporção de óbitos de pessoas negras.

A apagamento da relação entre racismo e iniquidades em saúde é produto de uma apreensão abstrata do contexto sócio-histórico e das condições objetivas em que os (não) direitos se constituíram no país. Por outro lado, é uma estratégia que silencia o fato de que os modos de viver e de morrer são modelados pelo racismo. (SILVA, 2018). Neste sentido, os maiores índices de contaminação e mortalidade por HIV/AIDS não tornam os negros um “grupo de risco”. Demonstam, ao contrário, que eles não são contaminados pela doença por serem pretos e pardos, mas pelas condições de iniquidade à que as populações negras estão submetidas em nossa sociedade.

Referências

ARAUJO, Ana Claudia Condeixa. A AIDS e a Imprensa: As vozes e os silêncios nas reportagens do Dia Mundial da Luta Contra AIDS de 1988 a 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2016. Acessado em 15/05/2019.

BRASIL. **Decreto Lei nº 510 de 20 de março de 1969**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-norma-pe.html>. Acessado em 29/06/2019.

COURTINE, Jean “Analyse du discours, années zéro: quelques réflexions rétrospectives”. Revista “Policromias – Estudos do Discurso, Imagem e Som”. UFRJ, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde. Boletim epidemiológico HIV/AIDS 2018. Julho de 2017 a junho de 2018.

MOURA, C. **O racismo como arma ideológica de dominação**, 1994b. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/233955-8>. Acessado em 14/03/2016.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**, 2003. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acessado em: 10/06/2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas-SP: Pontes, 1999

_____. **As formas do silêncio – No movimento dos sentidos**. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução. Eni Orlandi. 6ª edição. Campinas-SP: Pontes, 1990

PEREIRA, Amílcar. **“O mundo negro”**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; Faperj, 2013.

PEREIRA, Arthur O. *O que é lugar de fala? Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, São Paulo, v 156 .36, n.72, p.153-156, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

SILVA, Ana Paula Procopio da. Racismo estrutural, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à consolidação da igualdade racial nas políticas sociais públicas. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/ABEPSS/article/view/22110/14618>. Acessado em 30/06/2019.